

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº , DE 2017 (Do Senhor Arnaldo Jordy)

Solicita realização de Audiência Pública para discussão da recente “descontratação” de energia eólica pela Aneel.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para debater a recente “descontratação” de energia eólica pela Aneel.

Para discutir o tema com esta Comissão, recomendamos convite às seguintes pessoas:

Dr. Romeu Donizete Rufino, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL;

Dr. Eduardo Azevedo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia (MME);

Dra. Elbia Gannoum, Presidente Executiva da ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica;

Dr. Luiz Augusto Barroso, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE;

Dr. Carlos Figueiredo, Diretor-Presidente da empresa Renova Energia.

JUSTIFICAÇÃO

Em 28 de agosto a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel realizou o primeiro leilão para “descontratar” energia elétrica. Ao final do leilão, a Aneel anunciou que descontratou 25 projetos, somando 557 megawatts. São dezesseis projetos de energia eólica e nove de energia solar. Os contratos desses projetos serão rescindidos. Não foram descontratados projetos de termelétricas ou de energias poluentes.

O Nordeste é hoje um dos principais polos de energia renovável do Brasil, em especial de eólica – a região concentra 82% da energia dos ventos gerada

no país. No final de 2016, o governo federal já havia cancelado a contratação de projetos eólicos.

Até o final de 2016, a indústria eólica cresceu. Em 2015, por exemplo, ano em que o PIB do Brasil caiu 3,8%, o setor de eólica cresceu 46%. Só no ano passado, a capacidade instalada de eólica no país aumentou em 2.564 megawatts, a segunda fonte de energia que mais cresceu, atrás apenas de grandes hidrelétricas. Desde o início das construções dos primeiros parques eólicos, o setor já movimentou R\$ 60 bilhões em investimentos no país.

Assim, é preciso debater a decisão de descontratar projetos de energia eólica e de energia solar, considerando que pouco mais de 1% da energia produzida no país tem essa fonte limpa e renovável, com grande potencial de desenvolvimento.

A decisão tomada parece estar na contramão do que seria o necessário: incentivar a geração de energia eólica. Isso porque, há um compromisso firmado na COP 21, referente às metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris pelo qual o País precisa aumentar a participação de energias renováveis em sua matriz energética. As fontes de energia renováveis devem ser prioridade se houver necessidade de contratação de energia no futuro.

Segundo foi noticiado, o MME estima que a “descontratação” significou uma economia de R\$ 105,9 milhões para os cofres públicos. Mas, para as indústrias do setor, essa decisão implica em forte insegurança que poderá implicar na descontinuidade de investimentos no Brasil.

Assim, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos ilustres pares para iniciar o debate desse tema que é estratégico para o desenvolvimento da nossa Economia.

Sala da Comissão, em 06 de setembro de 2017.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA